

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

Mega feirão de imóveis

Entre os dias 17 e 19 de julho, a MRV realiza o Mega Feirão da Decisão, iniciativa nacional que reúne mais de mil empreendimentos em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, participam unidades de 53 residenciais em Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Gravataí, São Leopoldo, Viamão e Caxias do Sul. Durante este final de semana, os clientes poderão adquirir imóveis com entrada parcelada em até 72 vezes, além de contar com benefícios como ITBI e registro gratuitos em empreendimentos selecionados. Quem deseja aproveitar as condições facilitadas deve comparecer a uma loja da marca com documentos pessoais.

Mercado de leilões de imóveis

O mercado de leilões imobiliários vive um dos momentos mais aquecidos dos últimos anos no Brasil. Só no primeiro semestre de 2025, mais de 116 mil imóveis foram ofertados em leilões judiciais e extrajudiciais, crescimento de 25,1% sobre igual período do ano anterior. O avanço é impulsionado principalmente pelo aumento da inadimplência e pelos juros elevados, que pressionam o orçamento das famílias e elevam o número de retomadas de imóveis pelos bancos.

Mercopar chega à 35ª edição

A Mercopar chega à sua 35ª edição consolidada como uma das principais plataformas de geração de negócios, inovação e conexão entre empresas da indústria na América Latina. Realizada pelo Sebrae RS e pelo Sistema Fiergs, a feira será realizada de 20 a 23 de outubro de 2026, em Caxias do Sul. A ampliação da presença internacional da indústria e o fortalecimento das conexões entre empresas seguem como eixos centrais.

A preferência pelo consórcio

O consórcio imobiliário vem ganhando espaço entre os brasileiros que desejam comprar imóveis sem assumir os custos elevados do financiamento tradicional. Mesmo após os recentes movimentos do Comitê de Política Monetária (Copom), o crédito habitacional continua operando sob influência dos juros elevados, levando famílias e investidores a buscar alternativas de aquisição mais alinhadas ao planejamento financeiro de longo prazo.

Blue Tree Porto Alegre cresce

O Blue Tree Towers Millenium Porto Alegre registrou no primeiro semestre de 2026 crescimento de 51,32% em comparação a igual período de 2025, resultado da ampliação da captação de eventos e da crescente procura pelos espaços do hotel para reuniões, treinamentos, convenções, encontros empresariais e celebrações, bem como da confiança do mercado na estrutura e nos serviços oferecidos, destaca o presidente Chieko Aoki.

Bimar relança peça histórica

Celebrando seus 40 anos de história, a Bimar Malhas, de Farroupilha, apresenta uma edição comemorativa limitada a apenas 1.000 peças numeradas de um dos modelos mais importantes de sua história. Criada no final da década de 1990, a blusa clássica recebeu um selo comemorativo em couro e uma numeração individual, transformando a edição em registro colecionável. A nova versão incorpora o Fio Pluma, cores atualizadas e uma gola removível.

Uma janela para o trigo gaúcho

Com preços firmes no mercado interno e estoques globais mais apertados, o trigo gaúcho ganha relevância no comércio internacional, segundo o CEO da Semevínea, Márcio Só e Silva, de Ernestina (RS). A menor safra de trigo dos EUA, desde 1970, projetada em 27,2 milhões de toneladas, cria essa oportunidade ao Brasil. No RS, a semeadura já cobre 87% da área prevista. A Conab reduziu a projeção para 2,58 milhões de toneladas, 28% abaixo de 2025. “Mesmo com desafios climáticos no RS, quem escolher a genética correta para suportar clima difícil terá rentabilidade”, diz.

Para Farsul, MP é avanço, mas PL 5.122 é o ideal

Entidade diz que medida dá resposta imediata aos endividados



Claudio Medaglia

claudiom@jcrs.com.br

A Medida Provisória 1.376, publicada na quarta-feira pelo governo federal para criar linhas de crédito destinadas à renegociação das dívidas rurais, foi recebida pelo setor agropecuário gaúcho como um avanço em relação às medidas adotadas anteriormente, mas ainda insuficiente para solucionar o problema do endividamento acumulado pelos produtores. A avaliação é da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que mantém a defesa da aprovação do Projeto de Lei 5.122/2023, considerado pela entidade mais abrangente. A MP autoriza a criação de linhas para composição de dívidas rurais e depende de regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O economista-chefe da Farsul, Antonio da Luz, afirma que o principal avanço da medida provisória é a possibilidade de incluir operações contratadas com recursos livres, uma reivindicação antiga do setor e que não havia sido contemplada nas iniciativas anteriores do governo. “Colocar os recursos livres nesse contexto, sem dúvida, é um avanço muito significativo.” Segundo ele, justamente a ausência de uma solução para esse tipo



TIAGO SIEVERT/IRGA/DIVULGAÇÃO/JC

Medida não contempla parte das dívidas lastreadas em CPRs, diz Farsul

de operação contribuiu para o aumento do endividamento dos produtores nos últimos anos.

Ainda assim, Da Luz afirma que a MP não contempla adequadamente parte das dívidas lastreadas em Cédulas do Produto Rural (CPRs), instrumento amplamente utilizado pelos produtores para obter crédito junto ao mercado privado. Na avaliação da entidade, isso reduz o alcance da medida e mantém um volume expressivo de passivos fora da renegociação.

Outro ponto levantado pelo economista é que a MP não estabelece expressamente o volume de recursos que será destinado à renegociação. Embora o ministro da Fazenda, Dario Durigan, tenha informado que a iniciativa poderá alcançar cerca de R\$ 100 bilhões em opera-

ções, esse montante não aparece no texto. “Ela não diz que vai renegociar até R\$ 5 bilhões, R\$ 10 bilhões ou R\$ 100 bilhões. Se o ministro não se comprometeu por escrito, por que nós vamos nos comprometer?”

Da Luz também pondera que a efetividade da medida dependerá da regulamentação a ser editada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Mesmo reconhecendo avanços na medida provisória, a Farsul sustenta que ela não substitui o PL 5.122, construído com participação das entidades do setor e atualmente em tramitação no Congresso.

Segundo o economista do Sistema Farsul, a estratégia agora é dupla: buscar aperfeiçoamentos na MP durante sua tramitação e manter a articulação para aprovação do projeto de lei.

Fetag vê pontos positivos no Pronaf e Pronamp

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS) avaliou positivamente o acordo anunciado pelo governo federal, embora ressalte que a solução considerada ideal continuava sendo a aprovação do Projeto de Lei 5.122. Segundo o presidente da entidade, Eugênio Zanetti, as condições apresentadas para agricultores enquadrados no Pronaf e no Pronamp ficaram dentro das expectativas defendidas pela federação, especialmente as taxas de juros, o prazo de até dez anos para pagamento

das operações mais afetadas e os dois anos de carência.

Outro ponto considerado importante é a possibilidade de prorrogação automática, por 30 dias, das operações enquanto ocorre a análise do enquadramento dos produtores nas novas regras. “Dentro do ótimo, que seria o PL 5.122, que era o ideal construído pelas principais entidades da agricultura, e da urgência que o produtor tem para renegociar suas dívidas, foi uma conquista muito importante.”

Zanetti afirmou que a Fetag defendia desde o início um pra-

zo de dez anos para permitir que os produtores reorganizassem a atividade após as perdas acumuladas. Para ele, o resultado é consequência das mobilizações realizadas pelas entidades do setor e das negociações mantidas em Brasília ao longo dos últimos meses. “Se não foi o perfeito, dentro das condições o governo também fez um esforço muito grande para atender a nossa reivindicação.” O dirigente afirmou que a entidade aguardará a publicação da MP para verificar se o texto confirma integralmente as condições.